

Apresentação

Carlos Cândido de Almeida
Mariana Vitti-Rodrigues

Como citar: ALMEIDA, Carlos Cândido de; VITTI-RODRIGUES, Mariana. Apresentação. In: ALMEIDA, Carlos Cândido de; VITTI-RODRIGUES, Mariana (org.). **Estudos pluridisciplinares da informação:** ciência da informação, ética e linguagem. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 21-29. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-635-0.p21-29>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

APRESENTAÇÃO

Carlos Cândido de ALMEIDA

UNESP

carlos.c.almeida@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>

Mariana VITTI-RODRIGUES

UNESP

mvittirodrigues@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4764-2575>

A informação volta e meia ressurge como um objeto primordial de preocupação de diversas áreas do conhecimento e de interesse dos debates jornalísticos. A questão da popularidade da informação no debate público mobiliza diversos acadêmicos a sentar-se e emitir pareceres a respeito de uma infinidade de temas, do impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação, da inteligência artificial, da velocidade de acesso à informação, da brecha digital, dos problemas cognitivos e sociais causados

<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-635-0.p21-29>

pelo excesso de conteúdos midiáticos, até o uso da informação no contexto das guerras.

No caso da ciência da informação, constituída na segunda metade do século XX com o apoio de um aglomerado de disciplinas, da química à biblioteconomia, que busca direcionar a sua atenção ao problema humano do processamento e uso da informação inscrita em documentos, pensar sobre o fenômeno informação consiste na justificativa de sua própria existência e torna-se uma questão identitária. Contudo, a forma de abordar o problema e as premissas envolvidas nos estudos de informação nem sempre está disponível ao grande público e mesmo o debate acadêmico não procura aclará-las.

Nesse sentido, busca-se nesta introdução marcar como as correntes realistas e relativistas tendem a orientar o debate. Parte do desentendimento e da improdutividade do diálogo entre cientistas da informação, de um lado, e informáticos e cientistas, de outro, deve-se à dificuldade de admitir como plausíveis a posição epistemológica adversária. Como será visto, o pêndulo da ciência da informação inclina-se ao relativismo e algumas contradições e limites para a argumentação da área são impostos por esse alinhamento.

O realismo - a constatação de que há fenômenos reais e externos à mente dos quais não podemos alterar por força volitiva - impõe-se como condição epistemológica básica, associado, obviamente, com os princípios clareza, racionalidade, prova empírica e sistemismo, tal como apontados por (Bunge, 2015, p. 18, Bunge, 2017). Esta concepção de realismo é explicitada na filosofia de Peirce quando enfatiza que “O real, então, é aquilo que, mais cedo ou mais tarde, informação e raciocínio poderiam finalmente nele resultar, e que portanto independe dos meus e dos seus caprichos.” (Peirce, 1974, p. 1795, CP 5.331, tradução nossa). O filósofo norte-americano também defende um realismo das formas que se contrapõe à doutrina denominada nominalismo. Esse segundo tipo de realismo considera que os conceitos correspondem a estruturas formais reais, isto é, há padrões presentes no universo que independem da atribuição humana de nomes.

Nos estudos sobre a informação, podemos perceber estes dois tipos de realismo - o real como aquilo que independe de nossas crenças sobre o mundo, e realismo das formas - moldam a análise do que se entende por informação em suas diversas perspectivas, seja ontológica, epistemológica, ecológica, ética, técnica, ou semiótica. De certa forma, as abordagens do realismo de Peirce, são retomadas nas discussões sobre a informação na filosofia, na computação e na biologia (vide a coletânea “Estudos Pluridisciplinares da Informação: filosofia, tecnologia e semiótica”, pertencente à “Coleção Estudos em Ciência da Informação”).

No outro espectro de análise, encontramos perspectivas relativistas que orientam diversas posições epistemológicas nas ciências humanas e sociais. Para seguir com a argumentação, vamos recorrer à organização das linhas do relativismo propostas por Rios (2021), o qual constata que: “Essas influências que originam o debate relativista são tratadas, na Filosofia Contemporânea, pela Fenomenologia, pelo Pragmatismo, pela Hermenêutica, pelo Pós-estruturalismo, pela Pós-modernidade e, principalmente, pela Filosofia da Ciência: Kuhn (1962) e Feyerabend (1965).” (Rios, 2021, p. 37).

De acordo com Rios (2021) são vários tipos de relativismo: o relativismo cultural, relativismo histórico, relativismo moral, relativismo conceitual, relativismo sobre a verdade e relativismo epistêmico. Não é fácil identificar e separar esses tipos de relativismo e como orientam as pesquisas nas ciências humanas e sociais.

Adeptos da variação denominada relativismo cultural defende que existe uma “diversidade de valores e normas entre culturas e épocas históricas diferentes, a relatividade de julgamento quanto às visões de mundo diferentes, a relatividade do comportamento e pensamento humano quanto aos seus ambientes culturais e uma tolerância entre os pontos de vista” (Baghrarian, 2015 *apud* Rios, 2021, p. 37). Parte-se da constatação antropológica elementar de que a humanidade está dividida em várias culturas nas diversas regiões do globo, e que, conseqüentemente, os valores e as normas de convivência serão distintas entre as comunidades.

Por outra parte, segue Rios (2021), o relativismo histórico, uma espécie de derivação do primeiro, sustenta que cada época possui a sua própria ideologia, bem como a sua forma de expressão cultural e social. É imperativo evitar comparar etapas da história, pois, segundo essa posição, a ideologia que nutre a interpretação será sempre distinta. Com base nesse argumento, não seria possível reinterpretar o passado porque estaríamos presos a ideologia do presente com vieses que impediriam a compreensão dos eventos passados.

O relativismo moral prega a tolerância, argumentando que crenças e valores de uma sociedade variam de acordo com o tempo, a cultura e o local. Nesse sentido, qualquer julgamento moral estaria condicionado às regras sociais e ao contexto cultural do indivíduo. A busca de universais éticos que balizam as decisões dos indivíduos seria inócua.

Por sua vez, o relativismo conceitual, mais específico e sofisticado para a explicação sobre o que é o conhecimento e como o adquirimos, sustenta que o real é construído por meio de conceitos e estes decorrem da cultura e de seu tempo histórico. À primeira vista, parece aceitável que os conceitos sejam construções formadas no seio de uma dada sociedade e baseados nas crenças de uma determinada época, mas se oculta o fato de que os conceitos científicos devem ser contrastados com elementos da realidade.

Neste contexto, a relação entre conceito, referência, significado, verdade e sua possível correspondência com a realidade se torna imprescindível. Sabemos que nem todos os conceitos podem ser questionados, verificados e testados para atender critérios de cientificidade. Então, de que conceitos se está tratando?

No relativismo conceitual, “A construção do ‘real’ ocorre pelo uso de conceitos que podem ser compreendidos como unidades semânticas ou unidades significativas do conhecimento.” (Rios, 2021, p. 39). Assim, os relativistas conceituais sustentam que a linguagem recorre a categorias, sistemas e esquemas conceituais e estes moldam a realidade com base na cultura, no contexto social e histórico. De certa forma, tal pressuposto está presente nas afirmações linguísticas sobre o pluralismo linguístico. Rios

(2021) menciona que há um paralelo entre o relativismo conceitual e a ideia de paradigma de Kuhn (1997), pois cientistas de paradigmas diferentes atuam sob o efeito de esquemas conceituais distintos, tendo em vista que suas visões sobre o mundo, os experimentos, as leis e as teorias serão diferentes para explicar determinado fenômeno.

No caso específico do relativismo sobre a verdade, Rios (2021, p. 40) comenta que a tese principal “declara que algo pode ser verdadeiro para uma pessoa ou para uma comunidade, mas não pode ser verdadeiro para outra pessoa ou para outra comunidade.” Nesse sentido, conforme o autor, de maneira resumida, para que algo seja verdadeiro, basta que alguém afirme que algo é corresponde com a realidade, e pronto: “Para que sejamos mais claros, coloquemos essa expressão na seguinte forma: ‘P é verdadeiro para X’.” (Rios, 2021, p. 40). Para Rios (2021), uma crítica antirrelativista consideraria a possibilidade de autorrefutação e a falta de determinação sobre o que se entende por verdadeiro ou falso.

Por fim, o relativismo epistêmico considera que o conhecimento depende e se altera de acordo com os sistemas conceituais e as culturas em que está inserido/disseminado. Em outras palavras, esses condicionam a produção do conhecimento, bem como as suas formas de admissão. Dentro desse tipo de relativismo, segundo Rios (2021, p. 41), podemos entrever algumas variedades nem sempre admitidas: o relativismo sobre a racionalidade, o relativismo sobre a lógica, o relativismo sobre a ciência e o construcionismo social.

Em síntese, presumimos que os relativismos têm orientado noções de informação, especialmente as definições atinentes aos problemas das ciências humanas e sociais. A fórmula básica é que, para o sujeito cognoscente autônomo, um conteúdo interpretável é informativo ou será informação quando for assimilado. Isto é, bastaria passar dos estímulos externos para imagens mentais internas para alcançarmos a informação. Nesse sentido, e com o apoio dos relativismos cultural, histórico, moral, conceitual e epistêmico, não haveria possibilidade de universalizar a questão e determinar que elementos mínimos e gerais estão associados ao tema da informação.

Se o relativismo tem ocupado boa parte das explicações sobre informação no escopo da ciência da informação, isso deve levar a algumas consequências. Entendemos que há limitações em falas que podem ser resumidas nas seguintes afirmações: “são os usuários da informação quem podem dizer o que é informação”, “o que é informação para uma pessoa pode não ser considerado informação para outra”, ou ainda, “a informação está na significação da mensagem e esse processo é individual e social”. No caso das instituições, podemos encontrar ainda as afirmações: “a informação é uma construção coletiva conduzida por instituições sociais” ou “as instituições dedicadas à informação selecionam, organizam e classificam e direcionam o significado, transformando dados em informação”. Há um paralelismo aqui, segundo essa leitura, o significado das mensagens não existe *per se*, logo, não existe informação sem a intervenção humana ou de algumas de suas instituições. Assim, intensão e extensão não existem *a priori*.

Contudo, pode-se dividir a questão em um psicologismo e um sociologismo. No primeiro, a essência mesma da informação é mental, é fruto de um conjunto de operações psicológicas que, para orientar-se no mundo, o organismo seleciona e registra algumas disposições externas traduzidas pela linguagem, lhes dá sentido e as transforma em pacotes de significado (informação). No segundo, à moda dos estruturalistas, o indivíduo quase nada produz, apenas é vinculado à informação como um epifenômeno do coletivo. Isto é, externalizamos apenas as possibilidades linguísticas dadas pela instituição social chamada língua. Há uma dificuldade em saber ao certo qual orientação é mobilizada, como nos modelos cognitivo e socio-cultural (Araújo, 2018, p. 86-91), ou um psicologismo superficial ou um estruturalismo arcaico. Não obstante, a base mostra-se comum: uma considerada transformação de dados em informação dependerá de cada sujeito e de sua mente ou de cada cultura e de suas instituições.

Trocando em miúdos, do ponto de vista dos cientistas da informação em seu viés relativista, quando retiramos um livro de uma estante e o lemos, a interpretação não precisa coincidir com enunciados e os referentes dos autores. No mesmo exemplo, a classificação dos livros, bem como a sua utilidade, dependem de uma determinada cultura e dos processos ins-

titucionais (seleção, coleta, aquisição, catalogação, classificação, indexação, recuperação e uso) que levam uma sociedade a valorizar certos conteúdos e não outros.

O projeto de construção deste livro originou-se da necessidade de aproximar áreas como a ciência da informação e a filosofia. Outras ciências também foram agregadas ao projeto, além de reflexões sobre o uso público da informação. Desse modo, o trabalho excedeu o âmbito de uma disciplina ou um campo, convertendo-se em pluridisciplinar, isto é, acolhendo diferentes perspectivas sobre o conceito de informação advindo de múltiplas áreas do conhecimento sem, necessariamente, almejar a universalização daquilo que entendemos por informação.

Como a proposta de conjugar os estudos da ciência da informação e de outras ciências sobre o tema informação ficou extremamente extensa, foi necessário separar o projeto em duas coletâneas: a primeira intitulada “Estudos pluridisciplinares da informação: filosofia, tecnologia e semiótica” (Coleção Estudos em Ciência da Informação; 2) e a segunda, de que trata o volume ora apresentado, “Estudos pluridisciplinares da informação: ciência da informação, ética e linguagem” (Coleção Estudos em Ciência da Informação; 3). A leitura do conjunto permitirá uma compreensão mais adequada das perspectivas realistas e relativistas da informação, embora estas classificações não sejam sempre as mais adequadas para abarcar a complexidade das contribuições dos diversos autores.

Esta coletânea voltada aos temas ciência da informação, ética e linguagem, está organizada em três partes, as quais procuram reunir as contribuições dos mais diversos especialistas brasileiros sobre a informação. Inaugura as seções do livro, a primeira parte dedicada aos estudos da informação como debatidos na ciência da informação, com o capítulo teórico de Rodrigo Rabello sobre a noção de documento em que explora a relação entre representação e realidade por meio do estudo de diferentes formas de mediação. O capítulo Marivalde Moacir Francelin apresenta os principais conceitos do pensamento complexo nos estudos sobre informação objetivando repensar a informação em termos de essência e complexidade. Também constam as contribuições de Augusto Júnior Macucule e Marta Lígia Pomim Valentim, sobre o impacto de um programa de ciência da

informação na formação da área no Brasil e o estudo de Gustavo Silva Saldanha, o qual versou sobre o epistemicídio na constituição do pensamento da ciência da informação na África.

A segunda parte, intitulada “Informação, ética informacional e fake news”, é central para entender a convergência entre as perspectivas relativistas e realistas da informação e o interesse público recente pelo tema da informação. Na referida parte, o leitor encontrará o capítulo de Maria Livia Pacheco de Oliveira sobre o conceito de *fake news* que explora a relação entre informação e diferentes abordagens sobre a verdade, o trabalho sobre os sistemas automatizados de desinformação de Renata Mielli e Vinícius Romanini e suas implicações para o debate público e a formação de crenças e, por fim, um convite para uma ética informacional, de autoria de João Antonio de Moraes e Rafael Rodrigues Testa no qual os autores expõem os principais fundamentos conceituais e as problemáticas abarcados pela Ética Informacional.

A terceira e última parte do livro explora a conjunção linguagem e informação, com o capítulo sobre pragmática da leitura de ficção, de Pedro Dolabella Chagas, que apresenta e discute a ideia de informação como unidade de diferença e como redução de alternativas na interpretação de personagens ficcionais. O capítulo de Alexandre Robson Martines sobre a teoria da interpretação que investiga a relação entre informação e aquisição de significado ao explorar o plano de expressão e o plano de conteúdo da linguagem, e uma contribuição sobre a linguística decolonial de Marco Donizete Paulino da Silva e Luciana de Souza Gracioso em que discutem as relações de poder e suas implicações em disputas linguísticas.

Para municiar o leitor que está sendo introduzido ao assunto, acrescenta-se um breve “Glossário” com termos técnicos centrais para a compreensão dos capítulos, formado por definições fornecidas pelos próprios especialistas. Além disso, agrega-se a seção “Para saber mais”, dedicada a arrolar a bibliografia básica para compreender os argumentos principais dos capítulos. Os apêndices relativos ao “Glossário” e “Para saber mais” incluem os verbetes e a bibliografia referente à coletânea “Estudos pluridisciplinares da informação: filosofia, tecnologia e semiótica”. Essas duas seções

ajudarão os estudantes universitários e a comunidade externa a aprofundar-se nas temáticas tratadas.

Por fim, espera-se que o livro possa qualificar o debate brasileiro sobre as diversas formas de afrontar o problema da informação na ciência e na sociedade. Adicionalmente, deseja-se que os especialistas no Brasil possam considerar os pontos de vista concorrentes sobre a informação e valorizar os seus contextos de aplicação, permitindo um diálogo profícuo entre os pesquisadores e os leitores interessados.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C.A. *O que é ciência da informação*. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- BUNGE, M. *Elogio al cientificismo*. Pamplona: Laetoli, 2017.
- BUNGE, M. *Evalando filosofias*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2015.
- RIOS, M. C. O relativismo epistêmico sobre a ciência: um desacordo entre filosofia e sociologia do conhecimento científico. *Revista Paranaense de Filosofia*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 33-54, jul./dez. 2021.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- PEIRCE, C. S. *Collected papers of Charles Sanders Peirce*. 4th. ed. Cambridge: Belknap Press, 1974. v. V-VI.